



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO	2
3. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS.....	3
4. ORIGEM DOS DADOS PESSOAIS	3
5. FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS, FUNDAMENTO JURÍDICO PARA O TRATAMENTO E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO.....	4
6. DECISÕES AUTOMÁTICAS (“ <i>PROFILING</i> ”).....	5
7. CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS	6
8. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES	6
9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	7
10. CONTACTE-NOS !.....	10
11. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE	10

1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Privacidade descreve as orientações e princípios adotados pela Psiquiatria Positiva para assegurar a proteção dos titulares de dados pessoais, estabelecendo diretrizes relativas aos direitos dos titulares e ao tratamento e livre circulação dos dados pessoais.

No decorrer da sua atividade a Psiquiatria Positiva recolhe e processa dados pessoais de vários utentes, incluindo potenciais utentes, sendo tidos por utentes todos aqueles a quem a Psiquiatria Positiva presta serviços de saúde, colaboradores, trabalhadores e prestadores de serviços, entre outros.

A presente Política descreve a forma como a Psiquiatria Positiva procede ao tratamento dos dados pessoais dos seus utentes e potenciais utentes (conjuntamente designados, para efeitos da presente política, por “titulares dos dados”).

De forma instrumental, a Psiquiatria Positiva procede igualmente ao tratamento dos dados pessoais dos familiares ou de outras pessoas que assumam a responsabilidade pelos utentes, nos termos da legislação relevante. Nestas situações, o tratamento é limitado aos dados de identificação pessoal e de contacto e tem como fundamento o cumprimento de obrigações legais a que a Psiquiatria Positiva está sujeita, por exemplo, nas situações em que a lei manda celebrar um contrato de serviços com o utente e ou seus familiares e, quando exista, com o representante legal e/ou quando o utente se encontra incapacitado de manifestar a sua vontade e a lei atribui esse papel, em benefício do utente, a uma terceira pessoa. Para além de todas as finalidades associadas ao cumprimento dos normativos legalmente aplicáveis, estes dados pessoais são tratados com a finalidade de a Psiquiatria Positiva ter um ponto de contacto para além do utente, tendo em vista a defesa dos interesses do utente e, quando for o caso, a tomada de decisões com impacto na vida do utente. A presente política aplica-se também ao tratamento destes dados pessoais, em particular, as disposições referentes aos “Prazos de Conservação”, “Categorias de Destinatários dos Dados Pessoais”, “Transferência de Dados Pessoais para outros Países” “Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais”.

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

É considerado “Responsável pelo Tratamento”, ou seja, a pessoa que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais dos titulares dos dados, a sociedade **Psiquiatria e Saberes Positivos, Lda.**, com sede na Rua Dr. Bastos Gonçalves, 1 D, 1.º B e NIF 514252600.

3. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS

DADOS PESSOAIS DOS UTENTES

Relativamente aos seus utentes, a Psiquiatria Positiva pode proceder ao tratamento de dados pessoais integrados nas seguintes categorias:

- Dados de Identificação, tais como, género, profissão, nome, idade ou data de nascimento, número de cartão de cidadão, número de contribuinte, número de identificação da segurança social, hobbies, atividades recreativas ou desportivas, dados sobre a formação académica, entre outros;
- Dados de Contacto, tais como, morada, endereço de email, contactos de telefone e telemóvel, entre outros;
- Informação financeira e dados bancários, tais como, declarações de rendimentos, entre outros;
- Dados Familiares e de Responsável, tais como, nome, contribuinte, morada, contacto telefónico, formação profissional, dos respectivos filhos e/ou cônjuge, ou qualquer responsável pelo utente;
- Dados de saúde, tais como, doenças, deficiências, riscos de doenças, historial clínico, tratamento clínico, exames médicos complementares ao diagnóstico, entre outros.

4. ORIGEM DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais que a Psiquiatria Positiva trata são dados maioritariamente fornecidos pelos titulares dos dados aquando do primeiro contacto e enquanto os titulares dos dados permanecem utentes da Psiquiatria Positiva.

A Psiquiatria Positiva recolhe dados pessoais em vários momentos e através de vários canais de comunicação, incluindo telefone, e-mail, formulários impressos, formulários para preenchimento no site <https://www.psiquiatriapositiva.com/> e na aplicação “Psiquiatria Positiva”.

5. FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS, FUNDAMENTO JURÍDICO PARA O TRATAMENTO E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

A Psiquiatria Positiva trata os dados pessoais dos titulares dos dados por diversos motivos, justificados pelas leis de proteção de dados aplicáveis na União Europeia e em Portugal.

A Psiquiatria Positiva trata os dados pessoais dos seus utentes para as seguintes finalidades:

- Celebração, gestão e execução de contratos de prestação de serviços de saúde, serviços médicos especializados e de formação profissional;
- Gestão de reclamações e elogios;
- Marcação de consultas/exames complementares de diagnóstico e terapêutica;
- Prescrição de medicamentos e produtos de apoio;
- Farmacovigilância.

A Psiquiatria Positiva trata os dados pessoais dos seus utentes com fundamento na execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados, para cumprimento de obrigações jurídicas a que a Psiquiatria Positiva está sujeita, para protecção dos interesses vitais dos titulares dos dados¹ e/ou para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela Psiquiatria Positiva ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.

Os dados pessoais dos utentes, com excepção dos “potenciais utentes”, são conservados ao longo da duração da relação contratualmente estabelecida com a Psiquiatria Positiva

¹ No contexto da atividade desenvolvida pela Psiquiatria Positiva, esta situação poderá verificar-se no âmbito da prestação de cuidados a um utente dos serviços de saúde da Psiquiatria Positiva, no caso de este estar física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento.

e até 10 (dez) anos desde o fim dessa relação, sendo que em algumas situações o prazo de conservação pode ser superior, caso em que esse alargamento será legalmente justificado e sustentado. Este prazo foi definido tendo em consideração as leis aplicáveis em matéria de dados pessoais e face à eventualidade de a Psiquiatria Positiva ter necessidade de apresentar provas em qualquer litígio ou potencial litígio entre si e os titulares dos dados.

No caso dos “potenciais utentes”, a Psiquiatria Positiva trata os respectivos dados pessoais para efeitos de reunir a informação relevante e necessária à efectiva celebração de contratos de prestação de serviços de saúde. Neste caso, são dois os fundamentos jurídicos para o tratamento, por um lado, a execução de diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados e, por outro lado, o cumprimento de obrigações jurídicas a que a Psiquiatria Positiva está sujeita.

Os dados pessoais dos “potenciais utentes” são conservados durante a fase pré-contratual que antecede a celebração de um contrato de prestação de serviços de apoio social. Se vier a ser celebrado um contrato, os dados serão aproveitados para a fase contratual e tratados como dados de “utentes”. Se, porventura, nenhum contrato vier a ser celebrado por falta de interesse do titular dos dados ou qualquer outro motivo, a Psiquiatria Positiva pode ainda assim conservar os dados por um período casuisticamente calculado, até 10 (dez) anos desde o último contacto, dependendo do motivo pelo qual não haja sido celebrado qualquer contrato. Em algumas situações o prazo de conservação pode ser superior, caso em que esse alargamento será legalmente justificado e sustentado.

6. DECISÕES AUTOMÁTICAS (“*PROFILING*”)

A Psiquiatria Positiva não recorre a tecnologias para tomar decisões exclusivamente com base no tratamento automatizado dos dados dos titulares dos dados.

Sem prejuízo, a Psiquiatria Positiva poderá recorrer a tecnologias que permitam definir um perfil sobre o titular de dados, porém, nunca de forma total ou exclusivamente automatizada e sem que isso implique quaisquer consequências juridicamente relevantes (ainda que positivas) para o titular dos dados.

7. CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS

A Psiquiatria Positiva pode partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com terceiros abrangidos pelo subsistema de saúde da ADSE ou com a seguradora dos titulares dos dados, no âmbito da apólice do seguro de saúde, os quais, em todo o caso, se obrigam a respeitar a presente Política de Privacidade e, particularmente, as finalidades para as quais a Psiquiatria Positiva recolheu inicialmente os dados pessoais.

A Psiquiatria Positiva pode ainda partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com entidades prestadoras de serviços à Psiquiatria Positiva e que no âmbito da prestação desses serviços possam proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e mediante instruções da Psiquiatria Positiva, tais como:

- profissionais de saúde, incluindo médicos e centros de saúde;
- empresas prestadoras de serviços de digitalização e arquivo documental;
- advogados, auditores financeiros e outros consultores que prestem serviços de consultoria à Psiquiatria Positiva.

Nas transmissões de dados pessoais aos seus prestadores de serviços, a Psiquiatria Positiva garante que a entidade subcontratante está vinculada por um acordo de subcontratação que a obrigue ao tratamento dos dados pessoais em cumprimento da legislação em matéria de protecção de dados pessoais.

A Psiquiatria Positiva pode ainda partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com terceiras entidades *(i)* em virtude de exigência ou de notificação judicial para o efeito, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; *(ii)* no caso de solicitação por parte de uma autoridade pública, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; *(iii)* na sequência de pedido expresso por parte dos titulares dos dados relativamente aos dados de que sejam titulares, no exercício dos seus direitos, em particular, o direito de portabilidade; *(iv)* em cumprimento de obrigações legais e/ou regulamentares.

8. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES

A Psiquiatria Positiva pode transferir os dados pessoais dos titulares dos dados para outros países. Considera-se que os países membros da União Europeia oferecem o

mesmo nível de proteção de dados pessoais que Portugal oferece. Actualmente, a Psiquiatria Positiva não recorre a subcontratantes nem transfere dados para terceiras entidades sediados fora da União Europeia.

No entanto, quando ou se a Psiquiatria Positiva transferir, por algum motivo, dados pessoais a entidades fora da União Europeia, assegurará que essas pessoas ou empresas concordam em protegê-los contra utilizações ou divulgações indevidas, em conformidade com o regime legal de proteção de dados pessoais, através da assinatura de acordos de subcontratação integrados por cláusulas-modelo aprovadas pela Comissão Europeia ou outros meios legalmente adequados.

9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Como expressão do compromisso relativamente à garantia da privacidade dos titulares dos dados, a Psiquiatria Positiva garante, em conformidade com a legislação nacional e comunitária aplicável, um conjunto alargado de direitos que podem ser exercidos nos seguintes termos:

- **Direito de Acesso**

Os titulares dos dados podem, a todo o tempo, contactar a Psiquiatria Positiva e requerer confirmação de que os seus dados pessoais são objecto de tratamento e, em caso afirmativo, de serem informados relativamente: *(i)* às categorias de dados pessoais em questão; *(ii)* às finalidades do tratamento dos seus dados; *(iii)* ao respectivo prazo de conservação ou critérios utilizados para o fixar; *(iv)* aos direitos que lhes assistem e à forma de os exercer; *(v)* à origem dos dados que lhe digam respeito; *(vi)* à existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis.

A Psiquiatria Positiva apenas poderá fornecer as informações dos titulares dos dados e não dados pessoais sobre outras pessoas. Além disso, caso o acesso possa afetar negativamente os direitos de outra pessoa, poderá não nos ser possível fornecê-los.

Se o titular dos dados o solicitar, a Psiquiatria Positiva enviará uma cópia dos seus dados pessoais em fase de tratamento, em formato eletrónico. Caso sejam solicitadas outras cópias, a Psiquiatria Positiva reserva o direito de poder exigir o pagamento de uma taxa equivalente aos custos administrativos incorridos para satisfazer o pedido.

- **Direito ao Apagamento**

Também conhecido como “o direito ao esquecimento”, permite ao titular dos dados solicitar a eliminação ou remoção dos seus dados pessoais quando não exista nenhum motivo imperioso para a Psiquiatria Positiva continuar a utilizá-los. O direito ao apagamento não é absoluto pois a Psiquiatria Positiva poderá ter o direito ou a obrigação de reter as informações, como acontece, por exemplo, quando estiver sujeita a uma obrigação jurídica ou tiver outro motivo válido para as reter.

- **Direito de Rectificação**

Sempre que verificarem que os dados pessoais objecto de tratamento estão desactualizados, incompletos ou incorrectos, os titulares dos dados poderão solicitar à Psiquiatria Positiva a sua rectificação no mais curto prazo de tempo possível.

- **Direito de Portabilidade**

Os titulares dos dados têm ainda os direitos de: *(i)* receber da Psiquiatria Positiva os dados pessoais que lhe digam respeito, num formato de uso corrente e leitura automática; *(ii)* de transmitir esses dados a terceiros alheios à Psiquiatria Positiva, sob sua exclusiva responsabilidade; e/ou *(iii)* de solicitar à Psiquiatria Positiva que transmita aqueles dados a terceiros. O direito à portabilidade cobre apenas os dados para os quais o titular deu consentimento para serem tratados, dados referentes a um contrato no qual o titular é parte ou se o tratamento for realizado por meios automatizados.

A Psiquiatria Positiva reserva o direito de recusar pedidos de portabilidade sempre que estes prejudiquem os direitos e as liberdades de terceiros, ou entrem em conflito com algum requisito legal.

- **Direito à limitação do tratamento**

Em determinadas situações, o titular dos dados tem o direito de “bloquear” ou de suprimir a utilização continuada das informações dos titulares dos dados. Quando o tratamento é limitado, a Psiquiatria Positiva continua a poder conservar as informações dos titulares dos dados, mas não pode continuar a utilizá-las.

O titular dos dados pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados por tempo indeterminado, quando pretender suspender o tratamento, mas conservar os seus dados. Esta situação pode verificar-se quando:

- (i) o titular dos dados conteste a exatidão dos dados, sendo o tratamento limitado durante um período de tempo que permita à Psiquiatria Positiva verificar a exatidão dos mesmos, ou
- (ii) o titular dos dados aguarda a resposta a um pedido de oposição ao tratamento.

Quando um tratamento é limitado, os dados pessoais só serão novamente tratados se o titular dos dados der o seu consentimento, salvo tratamentos específicos contemplados na lei. A Psiquiatria Positiva garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes de ser anulada a limitação ao referido tratamento. A Psiquiatria Positiva reserva o direito de limitar o tratamento de dados dos titulares quando não necessite deste, comprometendo-se a conservar os dados pelo período de retenção pré-estabelecido. A Psiquiatria Positiva garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes da respectiva anulação.

- **Direito à oposição**

A Psiquiatria Positiva assegura os meios necessários para que o titular dos dados possa opor-se a determinados tratamentos de dados pessoais para determinadas finalidades, sem prejuízo de diretivas ou leis em vigor.

O titular dos dados pode opor-se ao tratamento nas seguintes circunstâncias:

- (i) por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, opondo-se ao tratamento de quaisquer dados pessoais relativos a si baseados em interesses legítimos. Porém, a Psiquiatria Positiva poderá continuar a tratar os dados do titular dos dados se conseguir demonstrar motivos legítimos imperiosos para o tratamento dos dados pessoais que se sobreponham aos interesses, direitos

- e liberdades do titular dos dados, ou se necessitar dos dados pessoais para estabelecer, exercer ou defender-se em processos judiciais;
- (ii) Pode opor-se a qualquer momento à utilização dos seus dados pessoais para efeitos de marketing direto (incluindo criação de perfis relacionados com esse marketing direto).

- **Direito de Reclamação**

Não obstante a Psiquiatria Positiva adoptar as melhores práticas em matéria de protecção de dados pessoais, é conferido aos titulares dos dados o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Protecção de Dados (<https://www.cnpd.pt>) relativamente ao tratamento dos dados realizado pela Psiquiatria Positiva, por qualquer das vias permitidas pela referida Autoridade de Controlo.

Os direitos previstos e descritos nesta Política e, bem assim, outros direitos legalmente previstos na legislação relevante em vigor podem ser livremente exercidos contactando a Psiquiatria Positiva para os contactos abaixo indicados.

10. CONTACTE-NOS !

Para quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados, por favor contacte-nos para:

<u>Morada:</u>	Rua de Olivença, n.º 21, 3.º, Sala 311, 3000 – 306 Coimbra
<u>E-mail:</u>	josetemotio@psiquiatriapositiva.com
<u>Telefone:</u>	239821736

Contacte-nos também, sem hesitação, se estiver insatisfeito com algum aspeto relativo à forma como recolhemos, partilhamos ou utilizamos os seus dados pessoais.

11. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Psiquiatria Positiva poderá alterar ou actualizar a presente Política de Privacidade em função de novas exigências legais ou regulamentares, bem como na sequência de melhorias da qualidade dos seus serviços e desenvolvimento do nosso compromisso em

matéria de protecção de dados pessoais. Quaisquer alterações à presente Política de Privacidade serão devidamente publicitadas nos diversos canais de comunicação da Psiquiatria Positiva.